



REQUERIMENTO

Requer a realização de Audiência Pública com o tema: “Desafios e Caminhos para a Educação Inclusiva na Rede Pública: Políticas, Práticas e Garantias de Direito”

Senhora Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes,

Considerando a competência desta Comissão Permanente de Educação e Cultura para fiscalizar e acompanhar políticas públicas educacionais, bem como promover o debate técnico e democrático acerca de temas educacionais de relevância social;

Considerando o disposto no artigo 205 da Constituição Federal, que garante a educação como um direito de todos, com base nos princípios da igualdade e do pleno desenvolvimento da pessoa, e no artigo 208, que assegura o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino;

Considerando o Decreto nº 6.571/2008 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que estabelecem diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), sua obrigatoriedade e integração ao Projeto Político Pedagógico das escolas;

Considerando a necessidade de debatermos sobre as políticas públicas destinadas à Educação Inclusiva no Município de São Paulo.

Considerando o compromisso das políticas públicas com a educação, garantindo o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

Considerando o movimento mundial pela educação inclusiva, compreendemos sua natureza como uma ação social, política, cultural e pedagógica em prol do direito de todos os estudantes estarem juntos, aprendendo e participando, livre de qualquer forma de discriminação.

Considerando os dados e evidências levantados por estudos técnicos como os publicados pelo MEC e pela Universidade Federal do Ceará, os quais apontam a necessidade de superação de práticas excludentes ainda predominantes nas redes de ensino, como a manutenção de classes especiais, adaptação curricular segregada e falta de articulação efetiva entre a educação comum e a especial;

Considerando a urgente necessidade de revisar os mecanismos institucionais e operacionais para assegurar a efetiva inclusão escolar, com estrutura adequada,

formação continuada de profissionais e a presença de salas de recursos multifuncionais acessíveis em todas as unidades escolares;

REQUEIRO, nos termos do inciso V do art. 46 do Regimento Interno, que esta Douta Comissão Permanente de Educação, Cultura e Esportes realize Audiência Pública, em data a definir, com o tema: “Desafios e Caminhos para a Educação Inclusiva na Rede Pública: Políticas, Práticas e Garantias de Direito” para promover o debate técnico-científico sobre os entraves estruturais, pedagógicos e normativos que impedem a efetivação da educação inclusiva na rede pública, e colher subsídios para o aprimoramento das políticas públicas na área.

Para tanto, sugerimos os seguintes convidados, que poderão apresentar relevantes informações sobre o tema:

1. Representante da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo – Coordenação de Educação Especial;
2. Representante do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem (NAAPA) da Rede Municipal de Ensino (RME);
3. Representante do Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão – CEFAl;
4. Representante da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência;
5. Representante do Ministério Público – GEDUC/MPSP;
6. Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
7. Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRAÇA);
8. Representante do Instituto Jô Clemente SP;
9. Representante do Centro TEA "Dra. Marina Magro Beringhs Martinez"
10. Representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME);
11. Representante da APAE SP;
12. Entidades Sindicais representativas dos servidores públicos;
13. entre outros.

São Paulo, 22 de abril de 2025.

Celso Giannazi



vereador